

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 25 de março de 2025 - Ata n.º 18.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **18.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Senhor Presidente, temos o Expediente da Sessão.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 568/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Goura; **Ofício n.º 569/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Gilson de Souza; **Ofício n.º 570/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Requião Filho; **Ofício n.º 571/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 572/2025** da

Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro; **Ofício n.º 574/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 145/2025** do Governo do Estado do Paraná, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 790/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.315.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente, por proposição do Deputado Arilson Chiorato, o Grande Expediente de hoje está destinado para ouvirmos o Ex-Deputado Estadual Enio José Verri, Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, que disporá sobre o Dia Mundial da Água e Ações Socioambientais da Itaipu. Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, é um momento muito importante, aqui, para esta Casa, para todos que assistem e acompanham o trabalho da Assembleia, o que vamos ouvir nestes próximos minutos. São informações extremamente importantes do que tem sido transformado o Estado do Paraná, em uma perspectiva ambiental, social e de infraestrutura. Investimentos de grande vulto que estão modificando a vida de muitas pessoas. Investimento que agora acontece nos 399 municípios do Paraná. Hoje, então, é uma honra muito grande em termos o Diretor-Presidente da Itaipu Binacional, EnioVerri, também a Diretoria da Itaipu, para contar um pouco desse novo arranjo, que tanto contempla o povo paranaense. Muito obrigado, Presidente. Convido para assumir a tribuna o nosso Diretor-Geral e Presidente da Itaipu, EnioVerri.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Então, neste momento, concedo a palavra ao Ex-Deputado Estadual e Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, Sr. EnioVerri.

SR. ENIO VERRI: Senhor Presidente Deputado Alexandre Curi, 1.º Secretário Deputado Gugu Bueno, 2.ª Secretária Deputada Maria Victoria, quero

cumprimentar também o Deputado Arilson Chiorato, Líder da Oposição. Cumprimentando-os, quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, meu colega, Diretor Carlos Carboni, Diretor de Coordenação; também Michele Caputo, Ex-Deputado Estadual, Secretário de Estado e Conselheiro da Itaipu Nacional. Inicialmente, quero dizer da minha emoção em estar de volta a este Plenário, quando tive a honra de ser Deputado Estadual por oito anos. Aprendi muito aqui com as Sr.^{as} Deputadas, com os Sr.^s Deputados. Já briguei muito com o Ademar Traiano, que era o Líder, e já briguei muito quando era o Líder também da Oposição, quando fui Líder do meu partido. Mas quero dizer, Deputado Traiano, que saudades daquele tempo onde as diferenças eram políticas e inteligentes. Que saudade! O Deputado Hussein também, hoje Líder do Governo, a quem tenho o maior respeito. Eu gostaria, de forma muito rápida de agradecer este convite, e dizer aos presentes sobre o que é a Itaipu. Às vezes, as pessoas do Paraná não conhecem e nem sabem muito bem da sua organização. A Itaipu é uma empresa nem brasileira, nem paraguaia, é uma empresa binacional, com território próprio, 50% do Paraguai e 50% do Brasil. Ela é uma empresa totalmente quitada, mas que não está submetida a leis brasileiras, ela está submetida às leis próprias do Tratado de Itaipu, que tem 51 anos. Esta empresa, por exemplo, tem uma diretoria composta de 12 Diretores, seis brasileiros, seis paraguaios. Todas as decisões da empresa são tomadas, necessariamente, por consenso, não pode ter votação contra ou a favor. Por isso, as dificuldades que temos, às vezes, em tomar uma decisão, aprovar um projeto, porque tudo tem que ser negociado entre a Diretoria do Brasil e do Paraguai. Por isso, as dificuldades que temos. Cabe ressaltar que essa empresa entrou no *Guinness Book*, no ano passado, como a empresa que mais produziu energia, acumulada a três bilhões quilowatts/hora, entrando, por exemplo, como modelo no mundo. Tem uma coisa importante para destacar – eu diria duas. A primeira delas, a Itaipu, desde 2005, não é só uma usina. Vou repetir, ela não só uma usina, Deputado Gugu. Segundo a Nota Reversal – um documento que é assinado pelos dois países, um acordo dos dois presidentes –, a Itaipu passou a ser uma empresa que tem como função produzir energia limpa, de qualidade, barata, com compromisso socioambiental. Portanto,

somos uma empresa que, na mesma obrigação que tem de produzir energia barata e de qualidade, tem que fazer política ambiental. Não há uma coisa separada da outra. É muito comum ouvirmos pessoas que dizem o seguinte: “*Não, mas a Itaipu não tem que fazer política socioambiental*”. Isso não é uma escolha da nossa diretoria, é uma determinação dos respectivos Presidentes da República e dos sócios dessa empresa. Portanto, desde 2005 – estou me referindo ao Deputado Gugu Bueno, que é do Oeste do Paraná, de Cascavel –, é esse tipo de política que a desenvolve. Segunda informação importante: a Itaipu é que produz a energia mais barata do país, em termos de hidrelétrica. O preço médio da energia elétrica produzida no Brasil é em torno de R\$ 300; o da Itaipu, R\$ 204, ou seja, o custo da nossa energia joga a média para baixo. É por isso que insistimos sempre em prestar conta à população, dizendo o seguinte: produzimos energia elétrica limpa, de qualidade, barata e ainda fazemos política social. Tudo isso somado ainda é bem mais barato do de qualquer outra usina privada. As usinas privadas não fazem política socioambiental e o preço delas é mais alto do que o nosso. Isso é resultado de eficiência, de gestão e, principalmente, de compromisso. Um exemplo, para todos que estão nos ouvindo e assistindo neste momento: de 2023, quando assumimos, até hoje reduzimos o preço da energia em 26%. Quero esclarecer a quem está nos ouvindo, que alguém fala assim: “*Poxa, o Diretor-Geral da Itaipu disse que a energia caiu 26%, mas na minha fatura não vi esse desconto*”. Quero dizer a vocês que Itaipu representa 10% da energia do Brasil, portanto, se baixou 26%, na sua conta, 10% de 26 é 2,6. Portanto, 2,6%, as pessoas... Se ninguém falar, você não percebe a redução da conta, mas, de fato, a energia da Itaipu é uma das mais baratas e vem baixando cada vez mais. Outro ponto que quero ressaltar – e que chama a atenção da população e do país – são os nossos investimentos socioambientais. Logo que chegamos, no primeiro ano, em uma ação coordenada pelo Diretor Carlos Carboni, lançamos um edital, onde todos os municípios do Paraná, Sr.^s Deputados e Deputadas que aqui estão e representam os municípios, todos os municípios que os senhores e as senhoras representam recebeu recurso de Itaipu. Em média, cada município recebeu R\$ 2 milhões, depositados na conta dos municípios em

dezembro de 2023. Esse dinheiro está sendo executado pelas prefeituras, em termos de curva de nível, asfalto nas estradas rurais, asfalto na cidade, energia solar nas escolas, nos hospitais, todos esses recursos. É um recurso que não é financiável, não é empréstimo, foi depositado, passaram da casa de R\$ 1 bilhão os investimentos desse primeiro edital. Fechamos também um edital neste ano para a sociedade civil organizada, traduzindo: para a Apae, Hospital Beneficente, Sociedade São Vicente de Paula, Sindicato Rural, Sindicato do Trabalhador Rural, para o MST. Abrimos um edital de R\$ 400 milhões para atender a essas entidades. Vejam só, ao mesmo tempo que atendemos com políticas socioambientais os municípios, a sociedade organizada também está recebendo esses recursos. Ressaltando que, em uma parceria com a Receita Federal – uma coisa inédita aqui da nossa região –, os recursos de R\$ 400 milhões, a Receita Federal está colocando o mesmo valor, em forma de mercadorias apreendidas, para repassarmos para as entidades. Portanto, a parceria Itaipu junto com a Receita Federal está entregando à sociedade paranaense R\$ 800 milhões de recursos através desses editais. Estamos falando de pouco mais de 600 entidades que vão receber recursos, carros, veículos, computador, reforma de prédio, tudo isso será feito com esses recursos. Outro exemplo que eu gostaria de ressaltar e fazer um convite: dia 31, próxima segunda-feira, em Londrina, com a presença do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, vamos lançar o início das obras da Femipa, que é a Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná, um investimento de R\$ 81 milhões, que vai instalar energia solar em todas as Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná. Todas as Santas Casas e Hospitais Beneficentes filiados à Femipa – que é 100% – já começam a receber a instalação, seja onde dá, em cima do prédio com a placa, seja em algumas regiões, com o que nós chamamos de fazenda, em parceria com a Copel, com a Secretaria de Patrimônio da União, pegamos regiões e colocamos as placas, e a energia produzida entra como crédito dessas Santas Casas. O valor economizado só de energia elétrica das Santas Casas passa da casa de R\$ 12 milhões por ano nesse trabalho. Eu gostaria também de ressaltar aqui a importância de algo que foi muito emocionante, que aconteceu ontem em Itaipulândia. Ontem tivemos um

encontro das tribos Avá-Guaranis do Paraná e de Santa Catarina. Além da comunidade indígena, estava o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Toffoli, estava o Ministro Advogado-Geral da União, o Messias, a Ministra Ester, que é a Ministra de Gestão e Inovação Tecnológica para o Governo, a Ministra Sônia Guajajara, que é do Ministério Indígena, além de representantes do Judiciário e de outros Poderes. Anunciamos a aquisição de 3 mil hectares de terra – compra–no valor de R\$ 240 milhões para alocação das comunidades indígenas do Oeste do Paraná. Essa região sofre hoje uma grande violência. Constantemente vemos indígenas sendo assassinados por conta da luta pela posse da terra. E, com a aquisição, nós levaremos a paz a essa região. Estarão as comunidades indígenas instaladas nas terras do Governo, consequentemente não haverá mais essa disputa, essas terras foram compradas dos proprietários que moram no Oeste do Paraná, e com isso nós poderemos garantir a paz nessa região. Eu só quero, para encerrar, dizer da importância que tem uma empresa como a Itaipu, que é orgulho do povo paranaense, uma empresa que, ao mesmo tempo que produz energia para o Brasil todo, que garante a energia na indústria, na casa das pessoas, uma energia cada dia mais barata, ela ao mesmo tempo gera emprego, renda e preserva o nosso ambiente. E alguém pode perguntar: Por que essa escolha de uma usina com meio ambiente? Eu quero encerrar fazendo essa explicação. A usina de Itaipu é a única do Brasil que tem uma reserva, as outras usinas do Brasil são feitas no rio – o rio passa – e a Itaipu não, foi feito um grande reservatório, gigante, e esse reservatório tem que ser mantido. Como o reservatório recebe muito resíduo – e, com isso, pode assorear esse reservatório –, nós criamos uma política ambiental nesses 434 municípios que compõem o nosso território. Com isso, os municípios fazendo educação ambiental, preservando, as associações preservando, a represa não é assoreada e, consequentemente, mantemos o reservatório vivo e a usina viva. A previsão do tempo de vida da usina de Itaipu é de 194 anos. Se continuarmos com a política ambiental que estamos fazendo, não na nossa gestão. Foi para avisar o horário, Traiano, que você fez isso?

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Iria lhe pedir um aparte.

SR. ENIO VERRI: Já saio, prometo que eu saio. No meu tempo não tinha esse negócio. Só para encerrar: se nós continuarmos com a política ambiental que estamos fazendo e as gestões futuras da Itaipu continuarem, nós temos uma usina por mais 194 anos. Se nós interrompermos essas políticas socioambientais que estamos fazendo, normalmente criticadas por *fakenews*, ou em grandes órgãos de imprensa por interesses mais escusos, a nossa usina, que é determinante para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil, terá a sua vida encurtada, podendo em 50 ou 100 anos não existir mais. Daí a importância de se compreender que a sua missão ambiental e geração é uma missão só, e preservar a usina e seu reservatório é fazer política ambiental social responsável, de longo prazo, e principalmente sem nenhum tipo de preocupação de qual é o partido da cidade. A luta pelo ambiente, a defesa do planeta e a defesa de Itaipu extrapolam os debates de partidos, debates eleitorais, e exigem de cada um e de cada uma o compromisso, desde o mais simples de separar o lixo, desde o mais simples de explicar às crianças a importância de respeitar o meio ambiente, até políticas enormes, como essa, uma das maiores do Brasil, que envolve o investimento em estradas rurais, curva de nível, ou mesmo na área urbana, investindo nas organizações de catadores e catadoras, para que esses, que de fato fazem a defesa do meio ambiente reciclando, possam ser o instrumento de manutenção do planeta, da nossa realidade, e pela manutenção da usina. Portanto, de forma muito rápida, eu só quero dizer que, nestes dois anos que encerramos agora, encerramos estes primeiros dois anos de mandato com muita alegria e satisfação. Alegria por contarmos com o apoio de toda a sociedade política aqui do Paraná, sejam os Deputados Estaduais e Deputadas Estaduais, sejam os Deputados e Deputadas Federais – frequentemente conversando conosco, dando ideias – e nós conseguindo, com essa parceria, fazer com que os municípios não só recebam recursos, mas executem as políticas públicas de que precisamos; com a sociedade civil que tem nos apoiado muito e tem dado ideias, que permitem que façamos os investimentos mais responsáveis. E principalmente ao vermos os resultados, como vimos ontem a alegria daquela população indígena, tão pobre, recebendo o direito a ter uma terra para produzir, ou mesmo quando estivemos

em Curitiba entregando recursos para associações de catadores, vendo a alegria daquelas pessoas que não precisam mais empurrar o carrinho, que terão um caminhão junto da cooperativa para recolher o lixo, para que eles possam reciclar em um lugar adequado, ter um salário mais justo e uma vida mais digna. Por isso, para nós, e atendendo uma determinação do Presidente Lula quando nos indicou como Diretor, entregar esses dois anos... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Para concluir, Excelência.

SR. ENIO VERRI: Para encerrar, Presidente. Só para encerrar dizendo que, por determinação do Presidente Lula e por compromisso que nós temos com o nosso Estado, para nós é uma honra poder apresentar os resultados e nos colocarmos à disposição de cada Deputado e Deputada desta Mesa, para que possamos juntos construir um Paraná cada vez mais responsável socialmente e ambientalmente. Muito obrigado. (Aplausos.)

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): *Pela ordem*, Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Pois não.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhora Presidente, demais membros da Mesa, Deputado Enio Verri, alegria de vê-lo na tribuna. V. Ex.^a que esteve nesta Casa, um Deputado exemplar, cumpridor da palavra, enquanto Parlamentar – eu era líder do Governo – travamos muitos embates, mas sempre no campo das ideias, da defesa de interesses do Estado do Paraná, e V. Ex.^a à época fazendo oposição, mas de forma inteligente, sem o radicalismo, sempre buscando a correção de rumos. Portanto, eu quero manifestar aqui ao meu amigo Enio Verri, independente de posição política em que ambos estamos, mas fazer uma referência a sua pessoa, porque eu o conheço, sei da sua integridade, e tive o orgulho de estar nesta Casa como Líder do Governo à época, podendo discutir o Estado com inteligência, com racionalidade, sem radicalismo, e construindo pontes permanentes para melhoria do nosso Estado. Por isso, V.Ex.^a hoje ocupa

um dos cargos mais importantes da Federação, a nossa Usina de Itaipu, que gera riqueza, que contribui para com o municipalismo paranaense. E quero manifestar aqui o meu apreço, o meu respeito e a minha admiração a V.Ex.^a na condução da nossa Itaipu Binacional. (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Agradeço as palavras, parabenizo pelo momento, Presidente Enio Verri, e **suspendo a Sessão** para os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Está **reaberta a Sessão**. Passamos ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito: Deputado Ney Leprevost. E esta Presidência gostaria de comunicar a presença dos Vereadores de Planaltina do Paraná, Sr.^s Alex e Percival, e Da Sr.^a Tica Smaniotto, por solicitação do Deputado Leônidas.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Muito obrigado. Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, hoje é o Dia da Constituição Federal, da Carta Magna, da Lei Máxima que rege todos os princípios da democracia. Porém, infelizmente, há muito pouco para comemarmos nesta data, porque a Constituição Federal tem sido rasgada diariamente pelos três Poderes que comandam este País. Vejamos, vamos ao art. 5.º da Constituição, que contém as cláusulas pétreas, que são os direitos e garantias fundamentais. O art. 5.º diz: *“Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza.”* Essa Constituição foi aprovada lá em 1988. Os senhores me diriam que hoje, em 2025, no Brasil, todos são iguais perante a Lei ou não? A Lei trata todos iguais? Eu vou fazer as perguntas e as pessoas que estão nos acompanhando podem refletir na sua casa. *“Garante-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida”*. O direito à vida é inviolável no Brasil ou centenas de pessoas são assassinadas diariamente neste País e muitos ficam impunes? Muitos criminosos que matam, que cometem latrocínios, homicídios, assaltos à mão armada, sequestros, ficam impunes – e muitas vezes impunes

com a conivência de autoridades. Todos os brasileiros têm direito à liberdade. Este talvez seja o direito que mais tem sido violado, nos últimos anos, neste País, a liberdade. Eu pergunto a você que está nos assistindo pela *TV Assembleia* em todos os municípios do Estado do Paraná: você concorda que a liberdade está sendo respeitada no Brasil? Ou quem deveria zelar pela liberdade de todos está tolhendo a liberdade das pessoas? Todos os brasileiros têm direito à igualdade, à segurança e à propriedade. A propriedade, sim, todos os brasileiros têm direito à propriedade, mas existem movimentos, financiados pela extrema-esquerda, que invadem propriedades, propriedades muitas vezes produtivas, propriedades muitas vezes que foram conquistadas com o suor, com as lágrimas e até com o sangue dos antepassados, que colonizaram as terras deste Paraná, por exemplo. Vamos mais adiante e vamos juntos aqui estudar a Constituição, para ver se ela está sendo respeitada e se nós temos algum motivo para comemorar esta data. No inciso IV do art. 5.º diz: *“É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.”* É livre mesmo, Deputado Tito Barichello? É livre mesmo a manifestação do pensamento no Brasil? E o anonimato é vedado mesmo? Ou todos os dias alguém anonimamente está assediando crianças nas redes sociais, pedófilos utilizando as redes sociais para assediar crianças? Art. 6.º: *“É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida na forma da lei a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.”* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Será que é, Presidente Alexandre Curi, inviolável a liberdade de culto religioso? Não é o que eu tenho visto neste País. Eu tenho visto um sacerdote, que é o Frei Gilson, que reuniu mais de um milhão de pessoas orando às 4 horas da madrugada, sendo atacado, caluniado, difamado pela extrema-esquerda, mas está aqui na Constituição Federal que a liberdade de culto religioso é inviolável. Então, respeitem o Frei Gilson. Autoridades, protejam o direito do Frei Gilson de se manifestar. E eu poderia ficar

aqui horas e horas provando para as senhoras e para os senhores que a Constituição Federal, que é um documento muito bem-feito, um documento precioso, está sendo rasgado diariamente neste País. Cabe àsSr.^{as} Deputadas e aos Sr.^sDeputados... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Cabe às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados, cabe à sociedade civil organizada, cabe ao povo brasileiro fazer uma trincheira forte, pacífica, de união por este País, defender os princípios constitucionais e, o mais grave de tudo, defender os princípios constitucionais daqueles que deveriam zelar por eles. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente: Deputado Tito Barichello. E esta Presidência gostaria de agradecer a presença do Vereador de Piraquara, o Professor Gilmar, por proposição do Deputado Paulo Gomes; e do Vereador de General Carneiro, Sr. Alcemir Eletricista, por solicitação do Deputado Professor Lemos. Com a palavra, o Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar oEx.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, os senhores que me assistem e você que está me assistindo agora na *TV Assembleia*, você que é cidadão de bem, você que é cidadão honesto. E não cumprimento você que é bandido, porque você eu não represento, somente as pessoas honestas. Senhores, apresentei um Projeto de Lei sob o n.º 22.130, que tem como escopo beneficiar nossos policiais, beneficiar a segurança pública, beneficiar nossos policiais militares, policiais civis, guardas municipais, bombeiros, entre outros. Esse Projeto de Lei traz igualdade de condições a uma situação jurídica já vigente em nosso Estado, porque todos sabemos que pagam meia-entrada em eventos culturais estudantes, deficientes físicos, idosos, professores, doadores de sangue e profissionais de saúde, enquanto que os nossos policiais, que doam sua vida,

seu tempo e até sua dignidade, muitas vezes trabalhando diuturnamente, não têm esse benefício. Vamos lembrar que o índice de suicídio, infelizmente, entre policiais é muito maior do que o percentual existente entre pessoas que não são policiais, demonstrando o estresse que é submetido o nosso policial. Por isso, através do Projeto de Lei n.º 22.130 – e me dirijo a você, policial –, através do Projeto de Lei n.º 22.130, todos os policiais, todos os agentes de segurança pública pagarão meia-entrada, meio ingresso em eventos culturais, cinematográficos e desportivos. Isso é o mínimo que a sociedade paranaense pode fazer pelos nossos heróis, sejam da Polícia Penal, sejam da Polícia Civil, sejam da Polícia Militar, sejam da Guarda Municipal, sejam dos Bombeiros. Então, esse Projeto de Lei do Delegado Xerifão – e digo que represento a polícia, luto pela polícia – pode beneficiar, sim, não em muito, mas trazer um pouco de entretenimento aos nossos policiais, que estão cansados, que estão estressados, que estão naturalmente nervosos, porque suas vidas estão corriqueiramente em perigo, de forma diversa do que acontece em qualquer outra..., em qualquer outro grupo de pessoas. Então, através desse Projeto de Lei, você guarda municipal, você policial militar, você policial civil, você policial militar pagará somente meio ingresso, depois de aprovado por esta nobilíssima Casa – e tenho certeza de que os Deputados apoiarão este Projeto de Lei –, pagarão somente meio ingresso, possibilitando, senhores, o entretenimento, possibilitando um pouco mais de dignidade aos nossos esforçados policiais que entregam sua vida, como já disse, cotidianamente para proteger, senhores, a nossa integridade física, a nossa casa e a nossa família. Meus parabéns a todos aqueles que fazem parte da segurança pública do Estado do Paraná. O nosso muito obrigado, em especial do Delegado Xerifão. Utilizo também a palavra, Sr. Presidente, para mencionar a presença aqui de um grupo de aprovados no concurso para a Polícia Penal. Cumprimento o Jean, o Rafael, o Igor, o Mateus, o Claudemiro, o Bernardo, o Renato, o Vitor, a Dayane, a Andressa, o Thiago, a Bianca, a Gisele, a Thalia e a Bruna – se faltou algum nome aqui, foi falha da minha assessoria. O trabalho que vocês vão desempenhar no futuro, sem dúvida alguma – porque estão aguardando a nomeação – é por demais importante para a sociedade. Sou de um tempo em que

os governadores não investiam em agentes penitenciários, que hoje são os Policiais Penais, que diziam que investiam em saúde, segurança e educação, mas não investiam em cadeia. Ledo engano! O erro que eles cometeram... o erro que eles cometeram, Deputado Renato Freitas, gerou os problemas que nós temos hoje das organizações criminosas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Vou usar o Horário da Liderança, Senhor Presidente. A inépcia do Estado no passado gerou estes grupos criminosos, que é o PCC – Primeiro Comando da Capital –, o Comando Vermelho, o próprio PGC, aqui do nosso estado-irmão, Santa Catarina, a nossa Máfia Paranaense. Falhas no sistema penitenciário. Sei porque já fui chefe de cadeia como delegado e vi que os presos eram simplesmente jogados e não havia um controle mínimo por parte dos policiais civis, porque nós não tínhamos tempo para isso – fazíamos flagrante, fazíamos boletim de ocorrência, tínhamos inúmeras atividades e não conseguíamos cuidar dos presos. E hoje a Polícia Penal faz um trabalho excepcional, senhores, um trabalho de primeira grandeza, por isso o meu compromisso com a Polícia Penal. Vou oficial, através do meu gabinete, o Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior, para que chame, no menor espaço de tempo possível V.Ex.^{as}. Mas, não é para beneficiá-los, é para beneficiar a sociedade paranaense, porque os senhores são instrumentos, instrumentos da segurança pública. Os senhores vão fazer a diferença trabalhando, labutando no seu cotidiano e arriscando suas vidas. Então aproveitem para descansar agora, aproveitem para se alimentar bem, porque o trabalho é pesado. Mas, se aprovada a Lei também aqui, vou conseguir meia-entrada para vocês – e tenho certeza de que os Deputados não nos deixarão na mão–, meia-entrada em quaisquer eventos esportivos, para, depois de um dia pesado de trabalho, poderem se divertir, poderem recuperar a sanidade mental. Então, meus parabéns a V.Ex.^{as}. Tenho certeza de que, no menor espaço de tempo possível, vocês estarão fazendo parte da segurança pública. E, se puderem

me esperar, subo daqui a pouco para tirar uma foto com vocês, que para mim é uma grande honra posar em uma foto ao lado de pessoas que se dedicaram no concurso público, estudaram, foram aprovadas e, sem dúvida alguma, o nosso Governador do Estado, que é um estadista e que investe em segurança pública, irá chamá-los. Então, através do meu gabinete, vou oficialar ainda hoje o Governador do Estado do Paraná, explicando a situação e pedindo para que ele, como Chefe do Executivo Estadual, que tem competência para fazer esse chamamento, decidir no menor tempo possível, mas tenho certeza de que esse tempo será bastante exíguo. Muito obrigado a vocês. E vocês, policiais, contem comigo, porque a pauta do Delegado Xerifão é a segurança pública, para proteger a sociedade paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas e Deputados e todos que nos acompanham nesta Sessão Plenária, bom, hoje foi o primeiro dia do circo armado, da grande farsa armada pelo PT, junto com o Supremo Tribunal Federal, junto com todo o apoio da mídia vendida, *Rede Globo*. Hoje começou o julgamento do processo do suposto golpe. Golpe que nunca existiu, golpe que não tem documento nenhum, golpe das narrativas. Na verdade, o verdadeiro golpe é esse de querer condenar o Presidente honesto, que não roubou ninguém, que não colocou dólar na cueca, que não levou onze contêineres embora, que não quebrou a Petrobras, que não saqueou as estatais do Brasil, mas eles querem prender o Bolsonaro. Aí o ditador de toga, Ministro Alexandre de Moraes, começou dizendo assim dos crimes que seriam julgados lá: *organização criminosa armada*. Aí pergunto: acharam alguma arma lá? Ah, tinha gente com estilingue e pedaço de pau. Colocaram fogo, explodiram, deram tiro em alguém? Não. Não tinha arma, porque quem usa arma e destrói patrimônio público são manifestações do PT, do MST, dessa cambada, desse lixo que destrói o Brasil, que além de roubar ainda destrói patrimônio. Mas lá não tinha arma nenhuma. Mas supostamente eles iriam usar uma arma. Tudo narrativa, nenhuma prova

concreta. Outro crime: *abolição violenta do Estado de Direito e golpe de Estado*. Abolição violenta? Com quem? Por acaso tinha algum esquadrão militar que ia matar alguém? Por acaso tinha liderança? Tinha forças armadas? E olha, era em um domingo. Ninguém trabalhando. Você vai derrubar um Governo? Não. Outra narrativa. Não tinha nada. Mas a Federal não achou nada. A PGR colocou, por conta própria, o que ela acha que é verdade. O tal do Gonet, que é o garoto de recado do Supremo – um cara que tem que sofrer um *impeachment*, é incompetente, é inútil, é mentiroso. Outro crime: *dano contra o patrimônio da União*. Mas o Presidente Bolsonaro estava em Orlando. Como ele quebrou o patrimônio? Ah, não, o pessoal que foi lá, ele que mandou. Não. Tem várias *lives* dele dizendo que não tem que fazer nenhuma manifestação violenta, ele falando. Mas não tem valor. Mas a narrativa que eles querem formar é que era o Bolsonaro. Deterioração de patrimônio tombado, mais um crime do Bolsonaro, que não quebrou nenhum patrimônio tombado. Aí pergunto: as imagens que ali estavam, que vimos aí, o que vimos? Vimos um cara vendendo algodão-doce lá no meio de um golpe de Estado sem ninguém armado. Temos imagens de policial fazendo assim com a mão: entrem, entrem nos prédios dos Poderes. Convidando. Temos o Coronel G. Dias – Coronel, General, não sei –, que estava lá servindo água para o pessoal, sorridente. Cadê as forças militares que ali estavam? Por que deixaram? Por que não agiram? Porque foram orientadas para não agir. Os que chegaram antes – temos imagens os caras quebrando tudo antes – e o povo lá foram chegando, cadê eles? Fugiram. O comunista do Supremo, o Ex-Ministro Flávio Dino, disse que as imagens se apagaram. Eles nem tentaram buscar as imagens, ou tentar alguma pessoa especializada para recuperar a imagem. Não, apagaram. Por que apagaram a imagem? Porque não interessava a eles mostrar a verdade. Mostrar a verdade que o PT, junto com outros bandidos, armaram essa situação. Isso é claro e evidente. As pessoas que foram presas, a maioria... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... a maioria que foi presa estavam em frente dos quartéis, nem foram na Praça, mas Xandão, que é o dono da lei, o cara que fabrica a lei, que não respeita a Constituição, nem Processo Penal, nem Código Penal – não respeita nada nem ninguém –, diz que eles eram os culpados, sem provas, sem imagem, sem nada. Diz que eles estavam lá para dar um golpe de Estado. Então, essa pouca vergonha o mundo inteiro está vendo. Os advogados foram brilhantes na defesa. O advogado do Bolsonaro falou: *Vocês estão acusando o Bolsonaro dizendo que ele armou um golpe, começou em dezembro de 2021 para derrubar o Governo legitimamente eleito.* O Governo era ele em 2021. Ele ia derrubar o Governo dele? Tenham vergonha na cara. Bando de ladrões, corruptos, inúteis, canalhas, que não respeitam a ordem do nosso Brasil... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Missionário, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Posso concluir ou posso alongar no horário?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência vai usar o Horário da Liderança?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não, vou terminar por aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Subo a esta tribuna, depois usarei a tribuna novamente, quando da discussão dos projetos da Ordem do Dia de hoje, para falar, especificamente, sobre a emenda de autoria do Deputado Fabio Oliveira, que tenta diminuir de 30 para cindo dias úteis o prazo para inscrição de devedores na lista de inadimplentes. Não vou usar este tempo agora do Pequeno Expediente para isso,

mas quero deixar, desde já, registrado, para o absurdo e para a barbaridade dessa emenda que vamos discutir hoje. E a Casa deverá se debruçar, dentro de alguns minutos, sobre essa matéria, e é importante que nós digamos *"não"*. O devedor não é caloteiro. Mas por que subo à tribuna agora? Fui instado pela manifestação do Deputado Ney Leprevost, que subiu a esta tribuna com a Constituição em mãos, e é por isso. Hoje, 25 de março, é o dia da Constituição. A Constituição Cidadã de 1988, que tem esta data para que ela seja celebrada. A Constituição que organiza o Estado brasileiro, mas, sobretudo, é o texto magno das nossas garantias e dos direitos fundamentais. A Constituição é a lei das leis. É ela acima de todas as demais normas jurídicas. Todas as leis estaduais que aqui produzimos, as leis municipais produzidas pelas Câmaras de Vereadores, as leis federais, todas devem obediência à Constituição. E, neste dia, em que celebramos o dia dela, da Carta Magna, é importante demais que nós olhemos para o fato de que o órgão que deveria guardá-la está por violá-la – quase que o tempo todo, que é o Supremo Tribunal Federal. Mas não vou falar disso. Vim aqui para celebrar e chamar a atenção da importância da nossa Constituição que, como muito bem frisou Dr. Ulisses Guimarães, quando da promulgação da Constituição da República, nossa Constituição não é perfeita, tanto é que ela mesma admite reforma, mas ela é *"luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados"*. É a Constituição que diz que, ao cidadão em necessidade, deve o Estado prover os direitos fundamentais sociais. E é a Constituição que diz que todos devem ser livres em todo o espectro do direito de liberdade. Mas nesse discurso de pronunciamento da promulgação da Constituição, o Dr. Ulisses Guimarães diz: *"não roubar, não deixar roubar, por na cadeia quem roube"*. Esse é o mandamento central da moral pública. Pois, no Brasil de hoje, quero lembrar os Sr.^s Deputados, que quem está no Poder é quem roubou. Quem hoje administra o Brasil é quem roubou. Com a moral pública subvertida que nós ressaltamos aqui a importância da Constituição Brasileira de 1988. Viva a Carta Magna do Brasil!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Primeiro orador inscrito: Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Muito boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, nobres Deputados. É um prazer hoje estarmos nesta tribuna e quero até agradecer, Sr. Presidente, por abrir este precedente, porque hoje quero homenagear uma pessoa muito importante para as artes marciais. Enquanto eu estiver falando aqui, vocês vão ver algumas imagens ali passando desse cara que fez grande diferença, o Grão-Mestre Rafael Cordeiro. Hoje treinador do Mike Tyson, está ali ele fazendo uma apresentação, fazendo ali um *sparring*, e está aqui conosco, junto com o nosso grande amigo, Grão-Mestre Rudimar Fedrigo. É um prazer recebê-los nesta Casa de Leis aqui no Paraná, muito mais o Grão-Mestre Rafael Cordeiro, que mora hoje nos Estados Unidos, vive nos Estados Unidos, mas leva o nome do Paraná, o nome de Curitiba, o nome das artes marciais para os outros locais do mundo. Então, nascido em Curitiba em 1.º de junho de 1973, Rafael Cordeiro é um sinônimo de excelência, de disciplina e paixão pelas artes marciais. Como lutador, conquistou títulos em *muaythai*, *kickboxing* e MMA, incluindo o tricampeonato brasileiro de *muaythai* e o título de Campeão Peso Leve no *International Vale Tudo Championship*. Como treinador, duas vezes foi considerado o melhor do mundo. Por isso, um paranaense que leva aí o nome do Paraná – duas vezes o melhor do mundo – e já treinou grandes nomes das artes marciais. Foi como treinador que o Grão-Mestre Rafael Cordeiro realmente brilhou, treinou alguns dos maiores nomes das artes marciais, incluindo Anderson Silva, Vanderlei Silva, Maurício Shogun Rua, Murilo Rua, Fabrício Werdum, Rafael dos Anjos, entre outros, nossa Cris Cyborg, que já esteve aqui conosco também. Especialista em *muaythai*, ao se aposentar, em 1999, tornou-se líder da equipe de Chute Boxe – uma das equipes mais tradicionais da história do MMA brasileiro. Está aqui o nosso Grão-Mestre Rudimar Fedrigo, que é o nome, o cara que começou todo esse trabalho. Parabéns também ao nosso Grão-Mestre, que aqui está – não está sendo homenageado hoje, mas é a lenda hoje das artes marciais. Uma das equipes mais tradicionais e conhecidas, que formou diversos campeões – Anderson Silva, Maurício Shogun e Vanderlei Silva. Em 2010, foi para os Estados Unidos e fundou a Kings MMA, na cidade de Huntington Beach; ele formou mais seis campeões mundiais: Cris Cyborg, Lioto Machida, Rafael dos

Anjos, Fabrício Werdum e outros mais. Devido ao trabalho e desempenho, foi eleito o melhor técnico em 2012. Já em 2020, teve a oportunidade de treinar uma das maiores lendas do boxe, Mike Tyson. O Cordeiro teve também a honra de trabalhar com ele nessa academia, Kings MMA, hoje considerada uma das melhores do mundo. Estamos vendo ali uma luta do Rafael Cordeiro, mais jovem, agora com 51 anos, a mesma idade que eu – estamos no mesmo 1973, é um ótimo ano. Está ali a luta que ele fez e depois também os treinos com Mike Tyson. No ano passado, a Kings MMA conquistou o título de melhor academia do mundo no *World MMA Awards*. Já neste ano o Cordeiro foi convidado para dar uma palestra sobre o treinamento de MMA no Congresso Mundial de Artes Marciais, devido à sua trajetória de vida e experiência profissional. Como representante e incentivador das artes marciais, tenho a honra de prestar esta homenagem a este grande atleta que nos orgulha por ser paranaense e também nos ajuda a levar o nome do Paraná a tantos lugares e inspirar tantos grandes atletas, que hoje merecem esta homenagem do nosso Estado, esta homenagem que é feita aqui neste lugar. Pois não, Deputado Renato Freitas.

Deputado Renato Freitas (PT): Obrigado, Deputado Alexandre Amaro, pelo aparte. Para mim é uma honra muito grande. O destino tem sido generoso comigo e hoje encontrar o Mestre Rafael Cordeiro, o Professor e Mestre Rudimar Fedrigo aqui nesta Casa de Leis e poder, diretamente a eles, agradecer, porque o *muay thai*, o MMA salvou a minha vida, me fez ter disciplina, a humildade de saber que sempre tem alguém melhor, sempre tem alguém pior; de não se prevalecer sobre a vulnerabilidade dos outros e de honra, de enfrentamento, de coragem. Isso tudo aprendi em um tatame da Academia Chute Boxe, e isso muito me honra. E todas as vezes que tenho a oportunidade de olhar o mestre lá, nos Estados Unidos, treinando os grandes ícones, como o Tyson, por exemplo, aponto para a minha filha com felicidade e orgulho e digo: “Meu professor”. Então, muito obrigado.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Obrigado pelo aparte, Deputado. Quero saudar também os nossos amigos que estão aqui, o Mestre Carlos Santos, o Carlos Cordeiro, que está aqui também, o Professor Fábio Calzolaio – está ali

em cima também –, o Mestre Rodrigo Vidal – que foi o segundo faixa preta do Mestre Cordeiro –, está aqui o Vidal e também o Mestre Alessandro Ferreira, que está aqui conosco. Obrigado por todos que estão aí! O Santos está ali também. Obrigado, obrigado, gente, por estarem aqui neste momento tão especial. O Marcão, nosso assessor das artes marciais, sempre trabalhando em favor daqueles que tanto precisam. Então, fica aí um pouquinho de quem é Rafael Cordeiro e, Presidente, ele também tem uma grande estima pelo senhor, pela sua família e já falou ali dessa estima pela Família Curi. Parabéns mais uma vez, Rafael, parabéns e obrigado por estar conosco. E obrigado por levar o nome do Paraná, por levar as artes marciais, como disse muito bem aqui o Deputado Renato Freitas: as artes marciais mudam a vida das pessoas, tiram da marginalidade, tiram das drogas, e esse trabalho que vocês fizeram no início hoje beneficia muita gente. Então, parabéns a todos os nossos mestres, todos os nossos artistas marciais. Hey! Presidente, queria pedir só uma gentileza, se pudéssemos aproveitar esses três minutinhos que tenho para tirarmos uma foto aqui! Quebrar um pouquinho este protocolo, tirar essa foto e entregar aqui uma homenagem para o Mestre Rafael Cordeiro, que amanhã já está indo para os Estados Unidos. Então, foi tudo muito rápido e agradeço mais uma vez à Mesa por ter me dado esta oportunidade. Agradeço por podermos homenagear pessoas do bem nesta Casa. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Esta Presidência cumprimenta o Mestre Rafael Cordeiro E o Mestre Rudimar Fedrigo e, em nome do Paraná, agradece tudo O que fizeram pelo esporte, pelo Brasil, e sempre divulgaram o nome do Estado do Paraná. Obrigado pela presença. Justa homenagem concedida pelo Deputado Amaro. **Suspendo a Sessão por três minutos**, para que possamos prestar essa justa homenagem.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Está **reaberta** a Sessão. No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Hoje quero falar daqueles que são assassinos, covardes, que desvalorizam a vida humana e se escondem atrás de uma farda e de um distintivo, desonrando todos os profissionais da segurança pública que são vocacionados, que entendem a sua missão de salvaguarda do bem maior de todos os seres humanos: a vida, que é sal da terra, luz do mundo. Digo a todos que, infelizmente, estão sob o jugo desses opressores: não tenham medo deles, pois não há nada de escondido que não venha ser revelado. Não existe nada de oculto que não venha ser conhecido. A reportagem da *RIC TV*, no Programa Balanço Geral, na manhã de hoje, revelou o crime de assassinato cometido pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar de Londrina, contra dois jovens, Kelvin, 16 anos e Wender, 20 anos. Na data dos fatos, no dia 15 de fevereiro, a polícia afirmou que tinha perseguido um carro suspeito, com alerta de furto, e que as pessoas de dentro do carro empreenderam fuga; que quando a polícia alcançou, emparelhou, eles retiraram uma arma e, por isso, foram necessários 18 disparos. Segundo a versão policial, disparos esses divididos entre os quatro policiais de dentro da viatura. Hoje, as imagens reveladas pela mídia mostraram que se trata de uma grande mentira, porque o veículo estava a 40 km/hora, parando prontamente, já que não houve aviso da própria polícia para que eles parassem. E mais, como quatro policiais efetuariam disparos em dois jovens – agora comprovadamente desarmados – e, segundo a própria corporação, o veículo não tinha nenhum alerta de furto ou roubo? Como disparou, se foi o banco do passageiro que emparelhou com o outro veículo? Como, então, o motorista deu vários tiros nos rapazes sendo que, ao lado dele, tinha outro policial militar? Como aquele que estava logo atrás do motorista também deu vários tiros nos rapazes sendo que, ao lado dele, tinha outro policial militar? E mais, pasmem: as imagens com vídeo, com áudio, mostram que os tiros foram todos sequenciais, não houve um intervalo entre eles. O barulho é exatamente o mesmo, o que demonstra ser o mesmo calibre – a mesma pessoa e mesmo calibre – que efetuou 18 tiros nos dois jovens. Cai por terra a versão da Polícia Militar e mais, ainda mais, testemunhas encontradas pela reportagem afirmaram que se tratou de uma execução fria, criminosa e covarde. A testemunha está com medo, não está com medo de uma

facção criminosa, de uma favela, de um bairro perigoso. Não! Está com medo da própria Polícia Militar, por conta de maus exemplos como esses quatro policiais. Eles disseram também que os jovens só pararam durante a fuga ao colidir com outro veículo. As imagens mostraram que não, e mais, o dono do outro veículo disse que o carro dele não andava, estava parado em frente a sua casa e que não estava avariado, não teve colisão alguma. Mentira! O pai da mentira é aquele que serve à morte, sabemos. Quem são esses policiais envolvidos? Digo aqui: os policiais envolvidos na execução: Júlio César da Silva, Luiz Ricardo Monteiro da Silva, Jeferson Fontes Longas e Gabriel Ferreira de Lima Bosso. Quem são esses policiais? Júlio César da Silva já foi afastado do serviço, após ser acusado pelo Ministério Público de participação no homicídio de um carroceiro – sempre os pobres, a covardia deles não alcança os ricos, característica dos covardes, sempre os mais fracos – em março de 2016. Também está relacionado com a chamada *Noite Sangrenta*, em 2016, quando mataram mais de 10 pessoas em Londrina. Esse mesmo policial deve ser julgado pelo Júri, em uma sessão agendada para o dia 7 de agosto de 2025. Você me pergunta: *Nossa, mas ele está na ativa?* Sim, um assassino que vai ser julgado está na ativa, continuando a matar. Em 2020, o Juiz da 1.^a Vara Criminal de Londrina, Paulo César Roldão – cúmplice, portanto, dos crimes desse policial – permitiu que, ele e mais outros policiais envolvidos no episódio, voltassem ao serviço, sob o argumento de que já tinha passado muito tempo e o inquérito não havia sido concluído. Esse pedido teve uma declaração manifestamente contrária do próprio Ministério Público, que afirmou que o réu na rua poderia cometer outros crimes iguais. O Ministério Público disse que tinha justo receio de que o réu retornasse ao serviço operacional e se utilizasse da sua função pública para a prática de infrações penais. Além desse caso, o policial Júlio César, bem como o soldado Luiz Carlos Monteiro, também estão envolvidos na chacina do Jardim Felicidade, ocorrida em fevereiro de 2024, onde seis jovens foram executados, um deles enquanto dormia. Nessa ocasião, o PM Luiz Ricardo disparou sete tiros contra um jovem que estava dormindo. Mais: esses policiais foram pegos em uma interceptação telefônica, depois de terem executado dois jovens lá em Londrina, antes desses aqui que

refiro e dito assim para o comando: “Olha, ocorrência morte, confronto, autos de resistência.”; “Ok, isolou o local, tal?”; “Isolei o local.”; “Precisa de algo?”; “Preciso, preciso de dois convites, preciso de dois convites.” Convite! Para quê? Para o inferno? Convite é uma palavra utilizada para forjar flagrante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Dois convites. Na mesma hora o Comandante falou: “Convite?” Também não entendeu. “Não, aqueles convites que fulano de tal entregou para o senhor.”; “Ah, aqueles. Tá bom.” Chegou duas pistolas na cena do crime. E ele está respondendo por isso, não estou jogando palavras ao vento, ele está respondendo por isso. E mesmo com esses crimes, continua na ativa, aterrorizando a comunidade. Prenderam a mãe do Wender por desacato, recentemente, aterrorizando os familiares. E eu digo para esses familiares: Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da Justiça, porque deles é o reino dos céus... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado, para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... não temamos, portanto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO BAZANA (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Só quero anunciar a presença do nosso Vice-Prefeito de Londrina, o Júnior Santos Rosa, que está conosco nesta tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Gostaria de agradecer a presença do Prefeito Renato Silva, da cidade de Cascavel; do Folador, Secretário da Casa Civil; e dos Vereadores de General Carneiro, os Sr.^s Everton Daniel e Chico Olinquevicz, por solicitação do Deputado Wilmar Reichembach. Com a palavra o Deputado Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero saudar também o Prefeito Joel, de General Carneiro. Quero comemorar com V. Ex.^a, Deputado Alexandre – e lembro do Aníbal Khury, Deputado Alexandre – hoje é o dia da comunidade árabe, 25 de março. Eu tenho uma irmã que mora no Líbano, eu falei com ela hoje, nascida no Brasil – e a modernidade permite a nós esse diálogo –, ela faz aniversário exatamente nesta data tão importante. Esse País tão sofrido, o Líbano, que não tem nada a ver com as guerras e é o País que mais sofre, a antiga Suíça do Oriente, Deputado Nelson, esse é o Líbano. Mas vamos fazer o quê? A vida é essa. Eu quero me reportar aqui, Sr. Presidente, eu conversei com o Secretário de Segurança há pouco, e quero dizer o seguinte em relação ao que o Deputado Renato Freitas coloca, e acho que é importante o Deputado fazer o seu papel, mas quero informá-lo que existem dois inquéritos que estão correndo, um na Polícia Civil, um na Polícia Militar, acompanhamento do Ministério Público, conforme V. Ex.^a falou, e não vai restar pedra sobre pedra, se restar comprovado que há culpa, os culpados serão punidos. Essa é a determinação da Secretaria de Segurança Pública, essa é a determinação do Governador. Muito obrigado, muito obrigado, e assim será. O senhor pode ficar tranquilo, nós não toleramos qualquer tipo de ação violenta, a sociedade não merece, a Polícia Militar também não quer, porque, dentro das suas fileiras, além de policiais, têm pais, têm avós, têm várias pessoas que lá trabalham e não toleram. Agora, o que não pode é condenar antes de tramitar todo o processo. Vocês sabem muito bem que tem o devido processo legal, esse processo precisa ser superado tanto na instância da Polícia Civil como na interna da Polícia Militar, e também no âmbito do Ministério Público, que vai acompanhar de perto todo esse processo. Eu quero aqui, Deputado Arilson, parabenizar V. Ex.^a. Realmente hoje foi um evento fantástico aqui com a presença da Itaipu, quero saudar a diretoria que esteve aqui, a presença de vários

Deputados, Prefeitos. Algumas pessoas podem não entender como é que é isso, não tem nada a ver, nós temos que reconhecer o que está sendo feito. Eu, por exemplo, tenho alguns municípios em que indiquei e não foi perguntado se eu era Partido A, B ou C, e fui atendido. Uma das questões mais históricas que tem é a ponte que vai ligar a Lapa a São João do Triunfo. Histórica, Traiano, você que é bem votado lá na Lapa, fantástica a obra que vai ser feita. Na hora que fomos pedir, como Presidente da Comissão de Educação, não titubeou, R\$ 20 milhões para a educação do Paraná. Então, eu quero reconhecer e agradecer, está bem? Pessoal, eu quero dizer uma coisa para vocês. Queria pedir a colaboração de todos e todas, porque nós vamos ter alguns projetos importantes aqui na Casa e entendemos o papel de cada Deputado e tal, mas precisamos votar com uma certa celeridade, porque o Governo quer implantar esses programas, e um deles prevê que pessoas com situação de vulnerabilidade social, ou seja, que ganham até três salários mínimos, que estejam inscritas no CadÚnico... ele não vai pagar a sua carteira, ele vai receber gratuitamente a sua primeira carteira. Alguém de vocês já viu um projeto dessa magnitude? Um projeto dessa importância? O Paraná está fazendo isso, o Governador Ratinho Júnior mandou para a Assembleia, Deputado Arruda, esse importante projeto que vai prever que essas pessoas possam ter – até três salários-mínimos – a possibilidade, Deputado Marcelo Rangel, Vice-Líder...

Deputado Evandro Araújo (PSD): Líder, peço um aparte, Líder.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não, Deputado.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, eu só queria comentar a importância desse projeto, porque nós temos muitos jovens pobres, que começam trabalhar às vezes de motoboys, em atividades...encontram um emprego, uma alternativa para trabalhar, e são pegos sem habilitação justamente porque primeiro começava a trabalhar para poder depois pagar a habilitação. Então, é um projeto importantíssimo, penso que é uma política que atende uma camada daqueles que

mais precisam, e inclui e dialoga com a geração de emprego e renda. Então, parabéns ao Governo, parabéns à iniciativa, porque de fato é muito importante.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Eu só quero contar para vocês rapidamente, voltada para a obtenção da primeira CNH nas categorias, prestem atenção: A, B ou AB. Para quem já possui CNH, quer acrescentar as categorias C, D ou E, para, claro, ampliar sua oportunidade de emprego. Terceiro: reserva 10% das vagas dos beneficiários da primeira habilitação para estudantes ou jovens formados que tenham cursado os três anos de ensino médio na rede pública estadual. Quarto: garante às mulheres 10%— atenção, mulherada! — 10% das vagas das vagas para obtenção da primeira CNH e na adição das categorias que foram ditas anteriormente. E também 5% das vagas serão destinadas a PcD, pessoas com deficiência. Está certo, pessoal? Deputado Marcelo.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Deputado Hussein, nosso Líder do Governo. É um orgulho de poder trabalhar na base de um Governo em que nós acreditamos e um Governo que se preocupa com as pessoas que mais precisam. Esse projeto é tão importante, tão necessário e tão urgente, é importante se dizer, ele estará beneficiando as pessoas que recebem até três salários-mínimos com isenção da taxa de CNH. Uma ideia brilhante, um trabalho espetacular, que merece o nosso reconhecimento e o apoio de todos os Parlamentares, tenho certeza de que até mesmo os Parlamentares da Oposição estarão junto conosco, porque certamente é de interesse de todo o Estado do Paraná que esse projeto seja um exemplo para todo o Brasil. Então, parabéns aí pelo seu pronunciamento, Deputado Hussein, e parabéns ao nosso Governador Ratinho Júnior pela grande ideia.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Deputado Gilson pediu, depois o Deputado Márcio.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Deputado Hussein, gostaria de me somar aos demais colegas, elogiando a atitude do Governador, sensível a esses que mais precisam, e neste caso os trabalhadores com renda até três salários-mínimos, pessoas com deficiências, mulheres, estudantes, incluindo essas

pessoas do mercado do trabalho. Parabéns ao nosso Governador Ratinho Junior, com certeza contará com o nosso apoio, a nossa aprovação aqui na Assembleia Legislativa.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado Deputado Gilson, um abraço para o senhor. Deputado Márcio Pacheco, é isso?

Deputado Márcio Pacheco (PP): Deputado Hussein, já fiz um comentário na CCJ, mas quero fazer questão de reforçar, porque de fato fiquei muito impressionado com essa iniciativa do Governador Ratinho Júnior. De fato, fiquei me colocando no lugar daquelas pessoas que às vezes estão esperando por uma vaga de emprego e que não conseguem porque não têm condições de pagar o alto custo de uma carteira de habilitação. E o Governador Ratinho Júnior sai na frente para ser uma referência para o Brasil no sentido, não do discurso, mas da prática de ajudar aqueles que mais precisam, promover a inclusão social de verdade. Porque aqueles..., imaginem o que vai significar isso, o sonho de uma pessoa poder ter a sua carteira de habilitação custeada pelo Governo do Estado, e aqueles que mais precisam, que ganham até três salários-mínimos. Então, Deputado Hussein, meus parabéns a V. Ex.^a, que também esteve junto nessa articulação com o Governador Ratinho Júnior, e parabéns ao Governador, porque essa iniciativa realmente entra para a história das pessoas e do Estado do Paraná. Deus abençoe, viu!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Amém. É preciso dizer o seguinte: é possível fazer muito com pouco. É sim! O recurso que será aplicado aqui não é uma soma vultosa, mas é uma soma importante que vai melhorar a vida dessas pessoas e vai mudar a vida. Vocês podem contar! Conto com vocês, se Deus quiser, para que possamos aprovar em breve este Projeto, o Governador sancionar e as pessoas mais humildes deste Estado possam ser beneficiadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO: Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO: Presidente, como membro da Mesa, e acho que hoje é um dia propício para levantarmos esta *questão de ordem*. Temos o nosso Regimento para o uso do Grande Expediente e para o uso de Sessão de Honrarias, Nomenclaturas e afins, o art. 120, que pede que sejam feitas – e nós temos também as datas específicas, segunda-feira para o Grande Expediente e terças pela manhã e quartas pela tarde para as Sessões de Honraria. Sei que os nossos colegas aqui gostam de pedir em cima da hora e gostam de utilizar as Sessões, mas hoje mesmo temos duas Sessões e tivemos dois eventos. E aproveitei o dia de hoje para não dizerem que estou *pegando no pé* da base do Governo, porque tivemos da Oposição e da base do Governo. Então, como membro da Mesa, peço que cobremos dos nossos colegas atenção ao Regimento, aos horários e à data.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Requião, esses eventos de hoje já estavam previamente agendados. A partir de agora, o horário será na terça de manhã e na quarta-feira à tarde. Com a palavra, o Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, venho aqui hoje agradecer a esta Casa, agradecer aos Deputados e às Deputadas que participaram da Audiência Pública pela manhã, que trata dos impactos ambientais e sociais promovidos pela Itaipu no Estado do Paraná. Agradecer aqui o espaço do Grande Expediente, que é concedido para diversas autoridades do Estado, provocado por Deputados e Deputadas aqui. Falar deste momento importante que o Estado do Paraná vive, com uma nova atuação da Itaipu Binacional, que há muito tempo devia estar produzindo este resultado para o Paraná. São ações na área ambiental, social e de infraestrutura que mudam a vida das nossas pessoas. Agora, a pedido do Presidente Lula, na direção do Deputado Enio Verri, a Itaipu

atende os 399 municípios do Paraná e mais 35 do Mato Grosso do Sul. Mais do que isso, temos um trabalho envolto. Hoje foi apresentada, por exemplo, uma coisa muito importante para o Estado, temos um mapeamento georreferenciado de 9 mil minas de água no Estado do Paraná. Presido a Comissão de Meio Ambiente e sabemos o quanto é importante agora monitorar esse serviço para a água – inclusive que foi comemorado no dia 22 último, o Dia Mundial da Água –, da importância dela para a nossa vida, uma vez que a água não é mercadoria, é fonte de vida para todos e todas. Quero também colocar aqui do trabalho social, inúmeras, centenas de entidades do Estado sendo atendidas. E também obras importantes de infraestrutura que já foram citadas aqui. Acho que esse modelo de conversação direta com os municípios, com as entidades e, em alguns momentos, com o Governo do Estado, Líder Hussein Bakri, faz a diferença. Somos distintos e diversos, contrários em vários temas aqui da Casa, e tem coisas que temos que pontuar que são positivas! Hoje a Casa comunga com o trabalho da Itaipu nesse sentido, aponta como positivo, e também temos que reconhecer as coisas boas que são feitas pelo Governo. Quero de fato ler esse programa da CNH Social e, se ele tiver as características aqui discursadas, obviamente terá o meu voto favorável, porque é um Projeto que muda a vida das pessoas para melhor e cria inclusive acesso para pessoas que não têm condições financeiras de tirar a sua CNH. Mas quero aqui me adiantar a um ponto que vai ser votado daqui a pouco, a mudança no tempo para se incluir as pessoas no Serasa, alteração no Código de Consumidor, que diminui o prazo de 30 dias para cinco, uma proposta que é uma aberração contra o povo paranaense. O povo paranaense não é caloteiro, o povo paranaense não pode ser medido por alguns discursos de que: *Não pagou na época, tem que ser penalizado*. Claro que tem pessoas de má-fé, mas são muito poucas. A maioria das pessoas não paga suas contas por “n” dificuldades, seja financeira, porque se apertou no mês, teve um problema de saúde na família e teve um gasto, envolveu-se em um acidente, teve outras coisas que aconteceram sobre a sua vida que não permitem o pagamento na data do boleto. Agora, reduzir esse prazo é um escracho. Na economia, medidas como essas são tachadas como antieconômicas e é isso o que vai ser discutido daqui a pouco. Obviamente,

a Oposição é contrária a esse processo. Inclusive, Líder Hussein, tínhamos proposto uma Emenda para aumentar para 45 dias, mas, no entendimento de que precisamos votar hoje, retiramos a Emenda e peço aqui aos nobres Pares que entendam a gravidade disso para a família, principalmente de baixa renda, no Paraná. Uma família que, na segunda-feira, que vence o seu boleto no dia 1, por exemplo, não consegue pagar a energia elétrica; no dia 7, na segunda que vem, ela está no Serasa. É inadmissível isso! Uma família que não consiga pagar a sua água, na semana seguinte tem água no Serasa. E assim vai acontecer com outras coisas de relações privadas. Vamos fazer uma indústria de notificação que ainda vai mais encarecer do que os próprios juros e correção monetária sobre o atraso, e as pessoas ficarão impedidas de ter crédito para fazer as suas atividades. Vão ter dificuldades de acessar o supermercado, vão ter dificuldades de comprar leite, vão ter dificuldades de comprar remédio, e é isso que está sendo discutido aqui. A ideia só favorece o grande capital econômico do Estado, que são as grandes produtoras de riqueza aqui e que controlam o comércio. Não é que não tem que pagar, longe disso! Agora, penalizar e voltar para o modelo que só faz com que prejudiquemos o povo do Paraná é um absurdo. Estamos falando aqui de alguns exemplos. Tem “n” tributos da esfera municipal, da esfera estadual e da esfera federal que vão cair nessa vala. Como que você faz isso? E aquele pai que comprou à prestação a roupa do filho no bazarzinho, na loja, não pagou a segunda parcela, na terceira, em 7 dias que não pagou a segunda, está no Seproc, no Serasa e outros nomes que tem para cortar o seu crédito. É inadmissível isso! As grandes empresas que fazem fornecimento de dinheiro através de serviço de dívida não vão poder contratar mais com essas pessoas. Vamos ter um reverso econômico neste processo. Este Projeto de Lei, em sua consciência, jamais deveria ser apresentado aqui na Casa! Ele não tem nada a ver com o que o povo do Paraná espera desta Assembleia, ele não tem nada a ver com aquilo que foi discursado pelas campanhas eleitorais que passaram no passado! Nenhum candidato a Governador apresentou uma proposta dessas, não está contemplado em nenhum plano de Governo uma proposta dessa, mas agora estamos discutindo uma coisa que é infeliz, errônea, momentaneamente

incoerente, ainda mais no momento em que a União, o próprio Estado e os Municípios estão em um esforço para recuperar quatro anos de atraso econômico que teve o País. Cessar o crédito dos mais pobres, cessar o crédito da classe DeE é jogar contra o povo brasileiro. As pequenas cidades, que conheço bem porque venho de uma cidade de 3 mil e 300 habitantes, são mais penalizadas, inclusive, que as outras, porque muitas das pessoas que estão hoje lá, na sua grande maioria, são trabalhadores com baixos salários, porque as grandes empresas que pagam melhor não ficam nas cidades pequenas. São funcionários públicos, são aposentados, e que mais têm dificuldade de guardar toda renda no bolso, e isso exige um esforço. As pessoas que promovem Projeto de Lei aqui têm que ter empatia, empatia e entender o lado que a outra pessoa está, tentando viver com dois salários-mínimos. E como exigimos isso dessa forma? A pessoa já está fazendo muito em pagar no momento que pode, encontrando ainda no mês seguinte, tirando um pouquinho para pagar o atrasado, e nós aqui queremos deixar o povo sem água, sem luz, sem condição de crédito se aprovar uma aberração dessa. Por isso, quero aqui conclamar a Situação, a Oposição e os Independentes para votar “*não*” a uma tragédia anunciada. Teve um esforço, Deputado Paulo Gomes, capitaneado por V.Ex.^a, para fazermos um condensado das Leis de Proteção ao Consumidor. Essa é a principal facada no trabalho feito por esta Casa ao se reduzir um prazo de 30 dias para cinco dias. É inadmissível ter uma concepção dessa permeando por esta Casa. O povo do Paraná espera de nós atitudes que beneficiem as pessoas, que mudem sua vida para melhor, e essa só traz piora, só traz vantagem. Com todo respeito às entidades comerciais, às entidades econômicas, que são tão importantes para o Estado, chega de sufocar o pequeno e o desempregado, o marginalizado, o favelado, o que ganha dois salários-mínimos, e aqueles que, por uma necessidade momentânea, não podem pagar seu compromisso em dia. O povo do Paraná é honesto e trabalhador, e esta Casa tem que respeitar isso votando “*não*” a esse projeto.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): *Pela ordem*, Presidente, para cumprimentar e agradecer a presença da Vereadora Damaris, de Goioxim, que visita esta Casa no dia de hoje, bem como dos Vereadores Hadriel, Edmilson e João, de Porecatu, que nos honram com suas presenças aqui na Assembleia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado, Deputado Lemos. Esta Presidência também agradece a presença do Vereador de Ivaí, Sr. Diogo Manosso, e do Ex-Vereador, Sr. Osvaldo, por solicitação da Deputada Mabel; e do Prefeito de Antônio Olinto, Sr. Fabio Machiavelli, e do Vereador Sr. Ricardinho, por solicitação do Deputado Hussein Bakri.

Atenção, Sr.^s Deputados, esta Presidência convoca os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar indicados pelos Líderes dos Partidos e Blocos Parlamentares, conforme relacionados abaixo, para uma reunião de instalação e eleição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para atuação nas 3.^a e 4.^a Sessões Legislativas da 20.^a Legislatura, no dia 26 de março de 2025, às 9 horas. Então, convoco os membros titulares: Deputado Delegado Jacovós, Deputado Renato Freitas, Deputado Moacyr Fadel, Deputado Marcio Pacheco e Deputado Do Carmo. Amanhã, às 9 horas, neste Plenário.

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Presidente, só um adendo, tenho uma reunião amanhã do IDR, no município de Ponta Grossa, na Regional, no lançamento de uma cultivar, que terá a presença do Vice-Governador e do Secretário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): No mesmo horário? Então convoco o Deputado Bazana, que é o suplente do PSD, do Deputado Moacyr Fadel, às 9 horas. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Leonidas (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) (50 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Ana Júlia (PT), Cloara Pinheiro (PSD), Goura (PDT), Soldado Adriano José (PP) (4 Parlamentares).]

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 161/2025**, do Deputado Do Carmo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de monitoramento em sessões clínicas que tratam de pessoas com deficiência no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 162/2025**, do Deputado Luis Corti, que concede o título de utilidade pública para a Associação dos Amigos do Johnson Anjos da Madrugada, com sede no município de Foz do Iguaçu; **Autuado sob o n.º 163/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre diretrizes

para a valorização dos profissionais de vigilância privada no Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 164/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Política Estadual de Valorização dos Técnicos de Telecomunicações do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 165/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que autoriza a criação do Programa Militar de Pecúlio Especial – PMPE, com o objetivo de conceder um benefício pecunário aos beneficiários do policial militar em caso de falecimento; **Autuado sob o n.º 166/2025**, da Deputada Maria Victória, que altera a Lei n.º 21.159, de 15 de julho de 2022, que institui o Dia Estadual do Museu; **Autuado sob o n.º 167/2025**, do Deputado Requião Filho, que concede o título de utilidade pública à Associação de Pesquisa e Projeção Folclórica Pôr do Sol, com sede no município de Quinta do Sol.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 233/2024, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que institui a Semana Cultural Aviva Litoral no Litoral Paranaense e dá outras providências.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 544/2024, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que Concede o título de utilidade pública à Associação SOS Socorrendo Vidas - ASV.

Não foram apresentadas emendas de redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 3 – 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 12/2025, em regime de urgência, que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria-Geral do Estado, e a Lei n.º 14.234, de 26 de novembro de 2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado, e revoga a Lei n.º 18.919, de 13 de dezembro de 2016, que autoriza a Procuradoria-Geral do Estado

a celebrar composições em execuções fiscais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Renato Freitas, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Ana Júlia, Doutor Antenor, Goura e Professor Lemos; Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Renato Freitas, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Ana Júlia, Doutor Antenor, Goura e Professor Lemos; Emenda de Plenário n.º 3, dos Deputados Renato Freitas, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Ana Júlia, Doutor Antenor, Goura e Professor Lemos.) O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 4 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 460/2024, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente de Conscientização, Prevenção e Tratamento das Doenças do Sono no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito, voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente, *pela ordem*, enquanto os Deputados votam.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Quero agradecer aqui ao Dr. Mateus de Albuquerque, professor, pós-doutorando em Ciência Política na Universidade Federal, acompanhado aqui dos alunos do Curso de Graduação em Ciências

Sociais, da disciplina de Política Ambiental, que vão acompanhar e assistir à Comissão de Ecologia, após esta Sessão aqui. Muito obrigado pela presença!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Do Carmo, Goura, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Reichembach, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 460/2024.** (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Do Carmo.)

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Senhor Presidente, registra o meu voto...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Do Carmo. **Está aprovado o projeto.**

ITEM 5 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 659/2024, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que altera a Lei Estadual n.º 22.130, de 9 de setembro de 2024, Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, com emenda aditiva e modificativa, Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda à emenda aditiva da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, com subemenda à subemenda à emenda aditiva da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, em relação ao Projeto encaminhamos “*sim*”, mas em relação à Emenda do Deputado Fabio Oliveira vamos encaminhar no momento apropriado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*não*”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A emenda é na segunda Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, agora é “*sim*”.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Apenas para esclarecimento, Líder Hussein Bakri, agora estamos votando o texto; a Emenda é na próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): A Emenda será votada na Sessão Extraordinária.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Exatamente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Repetindo, a Oposição vota “*não*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não é a Emenda ainda. Você vota contra o consumidor também?

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Deputado, não é a Emenda. Arilson, Liderança do PT, este é favorável ao consumidor. Não estamos votando ainda...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): O voto da Liderança da Oposição é “*não*”, Deputado Arilson?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal que não votou ainda, da nossa base, peço o voto...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Ney Leprevost, o Deputado Cobra, a Deputada Cristina, o Deputado Ricardo Arruda? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademair Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (39 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (6 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Artagão Junior, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Goura, Maria Victoria, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (9 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 6 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 659/2024.**

ITEM 6 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 88/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 9/2025, que autoriza a concessão de uso da Pedreira do Atuba. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”. Importante o Projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademair Luiz Traiano, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de

*Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tercílio Turini (40 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Artagão Junior, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Goura, Gugu Bueno, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 88/2025. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Cobra Repórter.)**

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, registre meu voto "sim", por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Quarenta "sim", nenhum "não". Devidamente registrado o voto do Deputado Cobra. **Está aprovado o projeto.**

ITEM 7 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 908/2023, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui o “Dia Estadual do Padel”, a ser comemorado no Estado do Paraná, anualmente, no dia 10 de novembro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Só queria meu voto "sim" na última que não apareceu, por gentileza. E o padel, na verdade, ele é uma mistura do tênis com o *squash*. Todavia, ele só pode ser jogado por duas pessoas usando raquete e bola. A quadra é fechada com vidro atrás das laterais, piso de grama

sintética, possui 20 metros de comprimento e 10 de largura. Eu pratiquei durante um tempo o padel. Ele é muito bom. Um esporte que está algum tempo no nosso Estado do Paraná, inclusive essa data, do dia 10 de novembro, foi o dia que foi instituída a primeira quadra de padel aqui no Estado. E esse esporte começou nos navios, onde as pessoas viajavam e não tinham muito o que fazer, então eles colocavam uma proteção ao fundo para a bolinha não cair no mar e aí foi feito o padel. Então, aqueles que quiserem praticar, o praticante de padel é o padelista. E o padel tem se difundido muito, não só no Paraná, mas em todo mundo. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, sempre tive a impressão que o Deputado Amaro fosse praticante do *beach tennis*. Estou surpreso até.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): O *beach tennis* tem um formato um pouco diferente, é na areia. Tem um outro formato. Toda pessoa que gosta do esporte sempre pratica alguma coisa que é boa. Boa para a mente, para fazer uma renovação nas forças, estar sempre bem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Percebi uma ironia no Deputado Romanelli. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "*sim*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como encaminha a Liderança da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto "*sim*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputados que ainda não votaram, peço a contribuição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Luís Corti, o Deputado Moacyr Fadel, a Deputada Cristina, o Deputado Evandro, o Deputado Alisson Wandscheer? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademair Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (47 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Artagão Junior, Cloara Pinheiro, Goura, Maria Victoria e Soldado Adriano José (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 908/2023.

ITEM 8 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 785/2024, de autoria do Deputado Douglas Fabrício e da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de Utilidade Pública à Cáritas Diocesana de Campo Mourão. Pareceres favoráveis da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como encaminha a Liderança da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Economia processual, só queria informá-lo que os próximos Requerimentos que virão após estão construídos com envio de expediente e pedimos a aprovação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (45 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cloara Pinheiro, Goura, Luis Corti, Maria Victoria e Soldado Adriano José (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 785/2024.** (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Luís Corti.)

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Presidente, registro o voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Luís Corti.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 479/2025, do Deputado Requião Filho, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, S^{ra}. Claudiana Gomes Pereira dos Santos, requerendo esclarecimentos sobre os contratos administrativos que têm a gestão de empréstimos consignados dos servidores públicos do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 480/2025**, da Deputada Ana Júlia, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, acerca dos casos de violência policial no município de Londrina; **Requerimento n.º 484/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente para a E^{xma}. S^{ra}. Controladora-Geral do Estado, requerendo informações e cópias de processos relacionados à contratos e convênios firmados com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 459 a 462 e 464 a 467/2025, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Castro; Rio Bonito do Iguaçu; São José dos Pinhais; Saudade do Iguaçu; Congonhinhas; Pinhais; Rancho Alegre; e Telêmaco Borba; **Requerimento n.º 463/2025**, dos Deputados Ney Leprevost e Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações aos homenageados da Sessão Solene alusiva ao aniversário de 332 anos de Curitiba, a ser realizada no dia 26 de março, às 18h30 no Plenário desta Casa de Leis; **Requerimento n.º 468/2025**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à “Family Bike”, que partiu de bicicleta em 13 de junho de 2024 de Morretes, no Paraná, para uma viagem de mais de 7 mil quilômetros pela América Latina; **Requerimento n.º 469/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Associação Platinense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - APLA, que comemorou 34 anos, tendo publicado um livro histórico que narra importantes conquistas e entrevistas com todos os

paranaenses; **Requerimento n.º 470/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Haroldo Oliveira de Queiroz, ocorrido no dia 24 de março; **Requerimento n.º 471/2025**, do Deputado Thiago Bühner, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Ronaldo Santos de Oliveira, ocorrido no dia 14 de março; **Requerimentos n.ºs 472 e 473/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Invernada Artística; e a Crystofer Maia do Prado Borges (Crys Gaiteiro), pelo belo trabalho de reconhecimento àqueles que, com dedicação, talento e paixão, contribuem para o fortalecimento e valorização da cultura gaúcha no Paraná; **Requerimento n.º 474/2025**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Instituto para Otimização da Aprendizagem - INODAP, em reconhecimento ao relevante trabalho desenvolvido na educação de pessoas com altas habilidades ou superdotação; **Requerimento n.º 475/2025**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT, requerendo medidas para promover a redução de acidentes na rodovia BR-376, trecho denominado Avenida Presidente Kennedy, no município de Ponta Grossa/PR; **Requerimento n.º 477/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. José Adriano da Silva Dias, ocorrido no dia 24 de março; **Requerimento n.º 478/2025**, do Deputado Requião Filho, solicitando o envio de expediente aos S^{rs}. Fernando Furiatti Saboia, Diretor do DER/PR, e Elian Marcos da Silva Moreira, Gerente Regional do DER/PR, Escritório Regional Norte Velho, reiterando empenho e providências administrativas urgentes na realização de reparos da via (Operação Tapa Buracos) na PR-436, que liga os municípios de Ibaiti/PR e Ribeirão do Pinhal/PR; **Requerimento n.º 481/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, requerendo um veículo no DETRAN do município de Floresta; **Requerimento n.º 482/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado de Saúde, requerendo uma ambulância de suporte básico para o

município de Jussara; **Requerimento n.º 483/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa em celebração aos 90 anos do Sindicato dos Engenheiros do Paraná - Sengé /PR; **Requerimento n.º 485/2025**, do Deputado Requião Filho, solicitando o envio de expediente ao Ministro da Educação, Sr. Camilo Sobreira, informando com extrema preocupação a intenção do Poder Executivo Estadual - Governo do Estado, na Instituição do Fundo Garantidor para PPPs, utilizando cota parte do Salário Educação, conforme Projeto de Lei n.º 89/2025, em trâmite nesta Casa de Leis.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 486/2025, do Deputado Requião Filho, requerendo a autorização desta Casa de Leis para se ausentar do País no período de 30 de março a 5 de abril de 2025, para representar no VI Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local (LED), organizado em conjunto com as seguintes instituições: PNUD, OIT, CGLU e FAMSÍ, que será realizado nos dias 1.º a 4 de abril de 2025, na cidade de Servilha - Comunidade Andaluzia – Reino da Espanha.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 476/2025** do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 17 a 28 de março de 2025; **Requerimento n.º 487/2025** do Deputado Requião Filho, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias no período de 30 de março a 5 de abril de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Lembrando aos Deputados que temos uma Sessão Extraordinária. Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma **Sessão Extraordinária** na sequência e uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 26, às 9h30, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Extraordinária – 2.º Turno do Projeto de**

Lei n.º 659/2024; **Sessão Ordinária** - Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 465/2024 e 659/2024; 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 88/2025; 1.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 1/2025 e dos Projetos de Lei n.ºs 788/2024 e 89/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 594/2024 e 719/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h41, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)